

ARTIGO

Sociedade civil: uma categoria internacional?¹

Lucas Patschiki²

Neste artigo discutiremos algumas apropriações da categoria de sociedade civil, que embora remetam a diferentes tradições epistemológicas, acabam por desterritorializar seu sentido, buscando abarcar uma “sociedade civil internacional” ou “transnacional”. Iremos aqui discutir criticamente estas proposições, que tentam uma leitura “global”, entendendo que estas transformações da compreensão e capacidade explicativa da categoria de sociedade civil é terreno de disputas, o que nos permite visualizar, ainda que de maneira mediada, os conflitos provocados pelos processos de aprofundamento do capital-imperialismo.

Sociedade civil, conceito em disputa:

Sociedade civil é um conceito com uma historicidade própria, e que acompanha os embates políticos e ideológicos da modernidade burguesa, da própria construção do Estado moderno. No pensamento político moderno este Estado corresponderia à sociedade política, ao estado de civilização, enquanto a sociedade civil, ao menos de Hobbes até Hegel, estaria relacionada ao estado de natureza, a sociedade natural. Nessa contraposição conflituosa seria a razão, a arma para a dominação da barbárie.

No interior desse modelo, podem-se distinguir – ainda que com um certo esquematismo – três variantes principais: o Estado como negação radical e, portanto, como eliminação e inversão do estado de natureza, isto é, como renovação ou restauração *abimis* com relação à fase do desenvolvimento humano anterior ao Estado (modelo Hobbes-Rousseau); o Estado como conservação-*regulamentação* da sociedade natural e, portanto, não mais como *alternativa* porém como realização verdadeira ou *aperfeiçoamento* em relação à fase que o precede (modelo Locke-Kant); o Estado como conservação e *superção* da sociedade pré-estatal (Hegel).³

¹ Este artigo foi apresentado no I Simpósio Nacional História e Marxismo, realizado em julho de 2016 em Goiania. A publicação póstuma deste artigo é uma iniciativa da Comissão Editorial de *História & Luta de Classes* em homenagem ao autor.

² Lucas Patschiki (1984-2017) era Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e, doutorando em História na Universidade Federal de Goiás, e integrava Grupo de Trabalho História e Marxismo e o coletivo editorial desta revista.

³ BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 20.

Os liberais afirmaram uma cisão basilar, opondo a sociedade política e a sociedade civil, configurando entre eles o conflito social fundamental. Estes dois termos estariam em disputa constante pela liberdade possível aos sujeitos. Mesmo sendo o Estado considerado o lugar da opressão, ele será antes de tudo uma pré-condição para a civilização, para a garantia da propriedade privada e, portanto, para a busca da felicidade. A coerção que limita parte da liberdade é a própria garantia da liberdade, dada a natureza egoísta dos homens. Segundo Hobbes, “*para que seja possível uma sociedade civil, deve haver um acordo preliminar que permita acionar condições de segurança para todos os possíveis acordos posteriores*”.⁴ Este seria a função do Estado, que pelo pacto é fundado como poder comum central, efetivamente capaz de garantir os “acordos posteriores”:

O Estado figurava como uma necessidade terrível, mas derivada da própria natureza humana [...] considera haver uma permanente tensão entre os apetites “naturais” e, portanto, intransformáveis, não modificáveis e os códigos (leis, direito, em suma, a coerção do Estado) que devem, simultaneamente, mantê-los e contê-los [...] Se o Estado era apresentado como resultado histórico, a historicidade não abarcava a própria humanidade, que somente conheceria dois estágios: o da barbárie e o da barbárie contida.⁵

Como conceito conhecerá uma primeira crítica com Jean-Jacques Rousseau, que considerava a propriedade privada como causa da desigualdade na sociedade civil, mas será em Hegel que ele tomará uma dimensão histórica específica. Ele passará a identificar a sociedade civil como “sociedade burguesa” (“*bürgerliche Gesellschaft*”). A esfera econômica, instituída pela ascensão da burguesia, seria o lugar onde o “*público e o privado, particular e universal, poderiam encontrar-se através da interação de interesses privados, em um terreno que não era nem domiciliar nem Estado, mas uma mediação entre os dois*”.⁶ A economia seria autônoma, garantindo o equilíbrio entre a liberdade individual, a sociedade civil e a universalidade do Estado.

Karl Marx irá negar a universalidade do Estado hegeliano, entendendo que o Estado será expressão da sociedade burguesa, das suas relações de classe. Pierre Villar afirma que foi somente quando Marx compreendeu a “anterioridade da sociedade civil” ao Estado que ocorreu sua “inversão” do predicado e sujeito hegeliano – seguindo o mesmo caminho da crítica de Feuerbach sobre o entendimento de Hegel sobre religião. “*Família e a sociedade civil são os pressupostos do Estado, elas são os elementos propriamente ativos; mas, na especulação, isso se inverte*”.⁷ Esta relação

⁴ WOLLMANN, Sérgio. *O conceito de liberdade no leviatã de Hobbes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, p. 75.

⁵ FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010, p. 126.

⁶ WOOD, Ellen Meiksins. The uses and abuses of “civil society”. *Socialist Register*, Londres, vol. 26, p. 60-84, 1990, p. 62.

⁷ MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 31.

não é somente “invertida”, pois, embora Marx e Engels assim apresentem esta mudança,⁸ entendemos que há uma apropriação complexa e rigorosa dos preceitos hegelianos sob o prisma do materialismo histórico dialético, tornando a relação plenamente histórica.⁹ Isto terá consequências drásticas para toda a agenda de investigações posteriores de Marx. Tanto que Ellen Wood considera que será esta a “descoberta que o obrigou a dedicar sua vida de trabalho explorando a anatomia da ‘sociedade civil’ na forma de uma crítica da economia política”.¹⁰ Mas em Marx e Engels a categoria não será plenamente desenvolvida, a sociedade civil ainda tem o entendimento de sociedade burguesa e encontra-se oposta ao Estado estrito, embora já carregando as condições sociais da produção e reprodução da vida e as formas organizadas das classes em luta. “Chegados a este ponto, Marx e Engels praticamente abandonam o conceito [...] ele conservava a ideia de contraposição [...] obstaculizando a expressão do vínculo interno e necessário entre as relações sociais que produziam a vida e as formas de vivenciá-las”.¹¹

As formulações de Gramsci

Somente em Antonio Gramsci a categorização de sociedade civil¹² será refinada, passando a distinguir-se por sua independência material do Estado estrito. Entretanto isto não implica alheamento ou distanciamento, se este existe é nos mesmos termos da autonomia relativa que a sociedade política tem por dispor de estrutura e normas próprias e distintas. De modo algum a sociedade civil “é o ‘outro’ em relação ao Estado, mas – junto com a sociedade política [...] um dos seus inelimináveis momentos constitutivos”.¹³

Sônia Regina de Mendonça, nos diz que:

Sua materialidade institucional específica consiste em um conjunto de aparelhos privados de hegemonia e instâncias de associação voluntária, diversas de empresas e instituições estatais, dotadas de formatos variados que vão desde clubes a jornais, associações de moradores, revistas, etc., espelhando a própria complexificação da sociedade capitalista e a pluralização dos interesses nela presentes, tanto de grupos dominantes quanto de grupos dominados. Um dado, todavia, os unifica: *todos são modalidades organizativas que se referem às*

⁸ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 19.

⁹ VILAR, Pierre. “Marx e a história”. In. HOBBSAWM, Eric (et all.). *História do Marxismo*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983, p. 93.

¹⁰ WOOD, *op. cit.*, p. 62. Tradução nossa.

¹¹ FONTES, *op. cit.*, p. 121.

¹²Nos “Cadernos do Cárcere” [edição brasileira coordenada por Carlos Nelson Coutinho e publicada pela Civilização Brasileira] a questão da sociedade civil aparecerá de modo mais elaborado nos seguintes trechos: Caderno 1: p.99; p.210; p.236-237; p.321; p.324; p.374-375; p.379; p.414-415; p.436-437. Caderno 2: p.20-21; p.23-24; p.44; p.229-230. Caderno 3: p.23-24; p.47; p.72-73; p.201-202; p.222-223; p.225-226; p.235; p.244-245; p.253-254; p.260-261; p.261-262; p.262-263; p.265; p.271; p.279-280; p.282; p.341-342. Caderno 4: p.85-86; p.258-259. Caderno 5: p.108-109; p.139-141.

¹³ LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 54.

*formas de produção econômica (infraestrutura) e política (Estado), ainda que sua atuação seja basicamente cultural, ou seja, a busca de organização de vontades coletivas, calcadas em valores e eticidade próprios, em prol da afirmação de projetos [...] que se tornem hegemônicos.*¹⁴

Sinteticamente seria o “conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – um dos terrenos da luta de classes em sociedades capitalistas modernas, sendo mesmo um dos espaços fundamentais da luta de classes em sociedades capitalistas”.¹⁵ Possui uma historicidade própria, sua existência vincula-se aos Estados Ocidentais, e mesmo nesses, não terá uma forma pré-definida, mas será resultado da luta política-social nas diversas formações sociais: “a estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição”.¹⁶

Deste modo, segundo Gramsci:

Numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário -, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo. Ocorre sempre que os indivíduos pertencem a mais de uma sociedade particular e muitas vezes a sociedades que estão essencialmente (objetivamente) em contraste entre si.¹⁷

Será então a relação entre o Estado ético e a sociedade civil que irá impor aos sujeitos um “horizonte ideológico”, uma “racionalidade” que remeterá ao exercício da hegemonia pela fração avançada da classe dominante. Hegemonia histórica, determinada pela relação de forças e pela luta de classes.¹⁸ Na relação entre sociedade civil e política, embora sejam marcadas em suas diferenças, sua interpenetração no exercício da hegemonia é fundamental. Esta relação emerge tanto “dos aparelhos privados de hegemonia rumo à ocupação das agências do Estado estrito”, quanto da “sociedade política [...] em direção ao fortalecimento da direção das frações da classe dominante através da sociedade civil”.¹⁹ O Estado estrito acaba por ser o

¹⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. Sociedade civil em Gramsci – Venturas e desventuras de um conceito. In: PAULA, Dilma de; MENDONÇA, Sônia Regina de. (orgs.). *Sociedade civil*. Ensaios históricos. Jundiá: Paco Editorial, 2013, p. 17-18, grifos nossos.

¹⁵ FONTES, Virginia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e lutas teóricas na década de 1980. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lucia Maria Wanderley (orgs.). *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 201.

¹⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 24.

¹⁷ Idem, p. 253-4.

¹⁸ Idem, p. 265.

¹⁹ MENDONÇA, op. cit. p. 19.

“corolário” da sociedade civil, embora não como fim em si.²⁰ E assinalemos que a sociedade civil é um dos planos da superestrutura, ou seja, na relação afirmada pelo bloco histórico, também atuará dialeticamente sobre a base econômica. Isto é “*demonstrado pelas modificações provocadas na situação de força existente na sociedade civil graças ao nascimento das trade unions, ainda que o Estado não tenha mudado de natureza*”.²¹

Jacques Texier propõe, uma “cronologia” para a questão da sociedade civil nos *Cadernos do Cárcere*, que teria emergido da própria questão da política. Esta aparece cerca de um ano após o início de sua escritura, já nos primeiros meses de 1930, em dois parágrafos longos (Caderno 1, parágrafo 43 e Caderno 1, parágrafo 44) sobre a questão dos intelectuais. “*A noção de sociedade civil é o resultado do inquérito sobre a hegemonia e esta é estritamente ligada à questão dos intelectuais*”. Sociedade civil e sociedade política definiriam e “*explicitariam funções distintas*”²² para estes intelectuais em torno da hegemonia: “*uma classe é dominante em dois modos, é ‘dirigente’ e ‘dominante’*”.²³ Estas mesmas questões reaparecem no Caderno 19, parágrafo 24, trazendo estas funções em nova forma léxica: como “domínio” e “direção intelectual e moral”. É no Caderno 1 que também aparece a relação entre Estado e mundo econômico, determinantes para categorização gramsciana. Da definição do Estado na relação com o mundo da produção é que Texier afirma ser possível avaliar “*o segundo significado do conceito de sociedade civil, em que aparece o conceito de ‘homo economicus’, ou seja, os diferentes aspectos da vida econômica*”.²⁴ Esta seria visível na afirmação da responsabilidade do Estado ser o “*instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica*”.²⁵ Deste modo as categorias gramscianas escapam de qualquer redução economicista, sendo ainda que, para Texier, é a sociedade civil o lugar fundamental da política (ao contrário do que um senso comum acadêmico prega), “*a esfera da atividade política por excelência*”. Isto, pois é o espaço social onde “*aparecem em cena as organizações chamadas de privadas (sindicatos, partidos políticos, organizações de todos os tipos) que têm como objetivo a transformação do modo de pensar dos homens*”. A sociedade civil seria o espaço da intervenção “*da lei e do direito, é essa uma instância da transformação social*”.²⁶

Como afirma Guido Liguori:

Se as organizações da sociedade civil gramsciana fossem intensamente privadas *tout court*, abriria-se o caminho – parece-me – para uma leitura “cultural”,

²⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 210.

²¹ Idem, p. 379.

²² TEXIER, Jacques. Società Civile. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dizionario gramsciano* (1926-1937). Roma: Carocci, 2009, p. 769. Tradução nossa.

²³ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, vol. 1, *op. cit.*, p. 41.

²⁴ TEXIER, *op. cit.*, p. 770. Tradução nossa

²⁵ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, vol. 1, *op. cit.*, p. 324.

²⁶ TEXIER, *op. cit.*, p. 770. Tradução nossa.

“idealista”, “liberal” de Gramsci, que tenderia a enfatizar – poderíamos dizer com linguagem contemporânea – a importância do “diálogo” ou da “ação comunicativa”, tão intensa quanto desconectada das relações de poder: Uma visão *ingênua* da democracia. O fato, porém, é que esses organismos propensos à construção de consenso são incrustados (dialeticamente) no Estado, o que nos permite dizer inequivocamente que Gramsci nos propõe uma forte leitura da morfologia do *poder* na sociedade contemporânea. Um poder hegemônico, onde – mais uma vez, dialeticamente – nenhum dos dois aspectos (força e consenso, direção e domínio) pode ser anulado.²⁷

Para Gramsci, não é possível cindir sociedade civil e política, “*em verdade é impossível separar a vida econômica e sua estrutura da coerção jurídica do Estado e das relações de força que caracterizam um ‘mercado determinado’*”.²⁸ A sociedade política e a sociedade civil estão imbricadas de maneira dialética, como uma totalidade orgânica—mesmo no caso do processo de destruição do Estado na transição para a sociedade regulada, ou a sociedade sem classes, essa relação não é de contraposição. A transição se faria com a sociedade civil controlando o Estado estrito através da política.²⁹

Teias do capital-imperialismo

No Pós-Guerra, com a criação de instituições políticas e econômicas de âmbito internacional (ONU, UNESCO, FMI, Banco Mundial) e a massiva expansão das empresas transnacionais, do taylorismo-fordismo pelo mundo, aliadas ao processo de monopolização da cultura de massas pela indústria cultural e a ampliação do consumo nos países capitalistas centrais (elemento de escape para a superprodução que passa a atingir o sistema já na década de 50, que mobilizará também o complexo industrial-militar) conforma-se a ideia de uma sociedade global. Com a ascensão da financeirização do capital a partir dos anos 70 essas instituições internacionais acabam por formar uma rede, com duas teias asseguradas:

A diretamente proprietária, que entrelaçava crescentemente proprietários internacionais de grandes corporações multinacionais (através de participações de diversas ordens) e proprietários consorciados de capital monetário, através de múltiplas instituições, como bancos, fundos, seguradoras, etc., com fortes tendências à internacionalização e sustentados por instituições igualmente econômicas de âmbito internacional. A segunda teia foi tecida em torno das frentes móveis de ação internacional, estreitamente articulada à primeira e dela dependente, mas com razoável autonomia e capacidade de intervenção estatal muito além de seus Estados de origem. Isso significava que não apenas a

²⁷ LIGUORI, Guido. “Stato-Società civile”. In. FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido (orgs.). *Le Parole de Gramsci*. Per um lessico dei Quaderni del carcere. Roma: Carocci, 2010, p. 215. Tradução nossa.

²⁸ TEXIER, *op. cit.*, p. 772. Tradução nossa

²⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 230.

configuração dos Estados fora modificada, mas também a própria forma da política.³⁰

Estas instituições serão responsáveis pela fabricação social do meio-ambiente social e do imaginário de ampla parcela da população global. Das referências culturais e espaciais dos sujeitos, da formatação dos gostos e desejos, das “necessidades” socialmente valorizadas, enfim, do que deve ser conhecido e reconhecido, do que deve ser desconhecido e descartado. Este processo que não é mero desdobramento quantitativo do capitalismo, mas uma inauguração de uma nova fase qualitativa deste, o que é ainda objeto de arraigadas discussões teóricas e políticas, visto que as condições de reprodução ampliada do sistema acabaram por gerar tarefas inéditas para os atores interessados em sua manutenção, reforma ou superação. Será baseado nessa materialidade que diversos analistas, especialmente após a queda da União Soviética, irão buscar na categoria de sociedade civil recurso para tornar este movimento histórico inteligível, ampliando suas bases do Estado nação para uma escala global. Aqui analisaremos alguns autores que são referenciais nesta discussão.

Helmut Anheier, Marlies Glasius e Mary Kaldor

Após Gramsci, a categoria irá ser apropriada por diferentes autores como disputa pela interpretação de sua obra. Este procedimento demonstrou ser fértil, pela própria natureza de escrita e reescrita dos escritos de Gramsci no cárcere. A categoria de sociedade civil irá ganhar força entre os intelectuais ocidentais de esquerda no quartel final do século XX. Será impulsionado como reação diante da estatolatria (movimento que identifica o Estado somente na sociedade política) dos Estados pós-revolucionários, pela ampliação das funções do Estado capitalista no Pós-Segunda Guerra, pelo fim das Ditaduras latino-americanas e, finalmente, pela queda da União Soviética.³¹

Helmut Anheier, Marlies Glasius e Mary Kaldor serão os responsáveis pela “introdução” no primeiro volume do *Global Society Yearbook*, onde buscaram uma definição mínima em torno da sociedade civil internacional. Primeiro, afirmam que além da polissemia conceitual, este ainda padece de uma noção da dimensão qualitativa, ao contrário de termos como “mercado” ou “Estado”. E por esta ainda não ser uma questão consensual, afirmam o conceito de sociedade civil como talvez a mais importante redescoberta dos anos 90 – embora possamos identificar que este movimento iniciou-se pelo menos duas décadas antes – e que desafia os enquadramentos dos conceitos tradicionais da ciência social. De maneira genérica,

³⁰ FONTES, *op. cit.*, p. 196-7.

³¹ ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006, p. 18-22.

somente verificam que “o conceito posiciona a existência de uma esfera social, uma sociedade civil global, acima e além das sociedades nacionais, regionais ou locais”³²

Reconhecendo que “uma maneira de definir ou compreender a sociedade civil global é um debate sobre o futuro da globalização e talvez da própria humanidade”,³³ entendem que existem três proposições principais: a primeira, dá conta da sociedade civil como realidade. A segunda afirma que a sociedade civil global tanto advém quanto reage à globalização. A terceira diz que sociedade civil global é um conceito confuso e contestável.

Os defensores da primeira proposta irão considerar como materialidade desta sociedade global as organizações não-governamentais internacionais, que para além do também global mundo do mercado, formariam uma “esfera supranacional de participação social e política nas quais grupos de cidadãos, movimento sociais e indivíduos se engajariam no diálogo, debate, confronto e negociação entre si e com os diversos atores governamentais”.³⁴ E avaliam que das 13.000 organizações não governamentais internacionais, pelo menos ¼ teria sido criada após 1990, sendo responsáveis por cerca de 100 mil empregos diretos somente na França, Alemanha, Japão, Países Baixos, Espanha e Reino Unido (o número de voluntários chegaria nestes países a mais de 1 milhão). “O crescimento da sociedade civil internacional tem sido facilitado pelo crescimento de recursos disponíveis para a sociedade civil. Estes recursos são de dois tipos: tecnológicos e financeiros”.³⁵

Na segunda proposição, irão compreender os grupos envolvidos, categorizados não por uma tipologia, mas pela sua posição diante da globalização. Estes seriam: os apoiadores, defensores de um capitalismo cada vez mais globalizado e interconectado, marcadamente formado pelas empresas transnacionais e seus grupos de apoio (*think tanks*, institutos, etc.).³⁶ Os segundos seriam os que rejeitam a globalização, atuando para o retorno de um mundo de Estado-nação. Obviamente os grupos aqui localizados são os mais diversos possíveis, indo da direita fascista, grupos nacionalistas e fundamentalistas religiosos além de movimentos sociais anticoloniais, de extrema-esquerda e governos autoritários. A terceira posição é dos “reformistas”, segundo os autores, a maior fatia da sociedade civil global. “São as pessoas que aceitam a propagação do capitalismo global e de interconexões internacionais como potencialmente benéficos para a humanidade, mas vendo a necessidade de ‘civilizar’ o processo”. O último grupo é dos chamados “alternativos”, que não opõem-se ou são favoráveis ao processo de globalização, “mas que desejam optar por sair, para tomar seu próprio curso de ação independentemente do governo, instituições internacionais

³² ANHEIER, Helmut. K.; MARLIES, Glasius; KALDOR, Mary. Introducing global civil society. In. ANHEIER, Helmut. K.; MARLIES, Glasius; KALDOR, Mary. (orgs.). *Global Civil Society 2001*. Oxford University Press, Oxford, 2001, p. 3. Tradução nossa.

³³ Idem, p. 10. Tradução nossa

³⁴ Idem, p. 4. Tradução nossa.

³⁵ Idem, p. 6. Tradução nossa.

³⁶ Idem, p. 7. Tradução nossa.

e corporações transnacionais”.³⁷ São formando por movimentos de tipo “grass root”, alguns movimentos sociais e redes *underground*.³⁸

A terceira proposição considera o conceito confuso e contestável. As principais questões aqui estão em torno da possibilidade de universalização do conceito, ou seja, objeto de discussão epistemológica, que aqui é recuperada pela leitura de diferentes cientistas sociais. Os principais argumentos são que o conceito é duvidoso sem referir-se a um Estado efetivo; a consideração que a ascensão de uma sociedade mundial é uma forma de dominação cultural de origem estadunidense; que embora o sistema tenha sido mundializado ele obedece às decisões efetuadas em centros como Nova Iorque, Londres, Frankfurt e Tóquio; que o sistema econômico pode ter sido globalizado, mas isso não foi acompanhado das condições democráticas mínimas para considerar-se globalmente a existência de uma sociedade civil, dentre outras (que sejamos francos, são muito mais coerentes que a defesa das duas proposições anteriores).

Para os autores do *Yearbook*, é precisamente essa polissemia conflitiva que valida a conceituação, pois o entendimento diverso, e mesmo oposto entre grupos, organizações e empresas, “*pode engajar-se em um diálogo comum*”³⁹. Esta expectativa é claramente baseada na teoria da razão comunicativa de Jürgen Habermas,⁴⁰ que supostamente permitiria a formulação de um consenso em torno das “globalizações” possíveis. Este discurso, tal qual as formulações propostas de sociedade civil internacionais, entende que é possível “passar por cima” das classes, dos interesses dos agentes determinados pela contradição capital e trabalho. Sublinhemos que esta proposição carrega a suposição que um desses grupos foi definitivamente derrotado; o que só é possível dentro de um entendimento da luta de classes como se esta fosse criada pela vontade dos atores sociais (especialmente os intelectuais) que se posicionam ao lado dos trabalhadores –formulação anticomunista pobre, requentada de tempos em tempos pelo discurso liberal. A luta de classes é um fenômeno histórico, não resolvido, pois o sistema social que o dá suporte material, o modo de produção capitalista, não foi superado. Não por acaso Samuel Huntington,⁴¹ estrategista estadunidense, corrige seu colega Francis Fukuyama,⁴² e afirma, que a história ainda não acabou, que, na Guerra Fria, o que era uma disputa passível de ser localizada em “blocos ideológicos” opostos, agora adquire uma nova dimensão “multipolar”. E a partir de 2001, com os ataques das torres gêmeas, diversos autores decretam o fim da viabilidade do modelo comunicacional habermasiano.⁴³ Em relação à sociedade civil internacional, o retorno do imperialismo de conquista, de invasão

³⁷ Idem, p. 9. Tradução nossa.

³⁸ Idem, p. 10. Tradução nossa.

³⁹ Idem, p. 12. Tradução nossa.

⁴⁰ HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*, vol. 1 e 2. Madrid: Taurus, 1988.

⁴¹ HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

⁴² FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

⁴³ HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

territorial aberta justificada por motivos econômicos, desnudou a incapacidade de governança, controle ou mesmo reformas por parte das instituições supranacionais responsáveis pelo consenso, notadamente a ONU.

Renato Ortiz

Outro autor que defende a ideia de uma sociedade civil internacional é o cientista social brasileiro Renato Ortiz. Este, baseando-se em Gramsci, irá buscar atualizar o cabedal conceitual (ou ao menos propor essa atualização) das ciências sociais diante do fenômeno da globalização e do que chamou de “mundialização da cultura”. Segundo ele:

Se imaginarmos o mundo como um espaço no qual se afrontam diferentes concepções e ideários políticos, temos que a presença dos conglomerados adquire um peso desproporcional. Como o Estado-nação possui uma capacidade específica para ações internacionais, restam a eles uma grande margem de manobra. Vários autores têm chamado a atenção para este fato. As grandes empresas, pela sua filosofia e pelos seus interesses econômicos, são agentes políticos privilegiados no contexto de uma “sociedade civil mundial”. Elas superam os partidos, os sindicatos, as administrações públicas ou os movimentos sociais, todos esses atores confinados ao horizonte dos conflitos nacionais.⁴⁴

Ele identifica esse movimento relacionando-o com o domínio global das empresas transnacionais, aliadas à nova capacidade tecnológica, especialmente em torno da difusão internacional da informação. E sugere como derivação dessa tese que a cultura nacional-popular não existiria mais,⁴⁵ propondo a sua desterritorialização,

constituindo um tipo de espaço abstrato, racional, des-localizado. Porém, enquanto pura abstração, o espaço, categoria social por excelência, não pode existir. Para isso ele deve se “localizar”, preenchendo o vazio de sua existência com a presença de objetos mundializados. O mundo, na sua abstração, torna-se assim reconhecível.⁴⁶

Esse seria o elemento central de uma cultura internacional-popular, “*cujo fulcro é o mercado consumidor*”. Assim delimita a realidade contemporânea: “*uma sociedade global de consumo, modo dominante da modernidade-mundo*”.⁴⁷ A grande questão em Ortiz é que sua aceitação do “fim” (ou melhor “as grandes transformações”) do Estado, assim como da cultura nacional-popular, seria a recusa das categorias existentes para compreender o processo de reprodução ampliada do capitalismo em suas formas históricas. Indica a necessidade de ir-se além do imperialismo e mesmo do americanismo, mas não oferece proposições para indicar as

⁴⁴ ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 165-6.

⁴⁵ Idem, p. 126.

⁴⁶ Idem, p. 107.

⁴⁷ Idem, p. 111.

novas formas de dominação. Mesmo resgatando as possibilidades libertadoras do fenômeno, no que recorre a Walter Benjamin,⁴⁸ sua interpretação é essencialmente negativa, sua “mundialização da cultura” é antes de tudo, um fenômeno hierarquizado e hierarquizante da realidade cultural dos povos. Neste sentido a “sociedade civil mundial” é uma constatação, quase material, da vitória do cosmopolitismo burguês sobre o internacionalismo proletário.⁴⁹ As “Internacionais”, por sinal, não são citadas em nenhum lugar de seu livro, sua tese silencia as classes subalternas para focar na ofensiva cultural do capital, no domínio do consumo – o que, por si só, indica a perspectiva classista como cerne da questão, recorrendo o autor a ela ou não.

Referências finais

Não chegaríamos tão longe a dizer que os processos culturais globais hoje em dia ultrapassam as classes e nações⁵⁰, visto que a luta de classes ainda tem por terreno fundamental as formações estatais-nacionais. Mas mesmo estando localizada dentro das formações sociais, irá sentir pressões das relações internacionais, o que ganhará um impulso histórico inédito na fase imperialista do capitalismo: “*esta relação entre forças internacionais e forças nacionais torna-se ainda mais complexa por causa da existência, no interior de cada Estado, de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus*”.⁵¹

Retornando para Gramsci, sobre as relações externas e internas:

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. Até mesmo a posição geográfica de um Estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, ainda que reagindo sobre elas em certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). De resto, as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos).⁵²

Este movimento de ampliação da categoria de sociedade civil elimina a exploração como condição fundamental do modo de produção capitalista, tornando questões objetivas, relativas às relações sociais de produção, como subjetivas,

⁴⁸ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodução técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

⁴⁹ FONTES, op. cit., p. 174.

⁵⁰ Carlos Nelson Coutinho já manifestou oposição a esta tese: “*Faz parte da ideologia da globalização reacionária a idéia de que o Estado nacional acabou, de que a nação deixou de ser um espaço de tomada de decisão. Para mim, a nação continua sendo uma referência obrigatória*”. COUTINHO, Carlos Nelson. Intelectuais em extinção, *Valor Econômico*, 24-26.11.00. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al0512200091.htm>, acessado em 10.10.16.

⁵¹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, vol. 1, op. cit., p. 42.

⁵² GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, vol. 3, op. cit., p. 20

somente sendo passíveis de resolução no âmbito das individualidades. Ao buscarem escapar do economicismo e do stalinismo, apagaram as determinações classistas. Em especial, foram investigar o que estas correntes cristalizadas do marxismo apagavam, as diferenciações culturais, raciais, de gênero, de estilo de vida, etc. A classe social não foi necessariamente negada por estes intelectuais, mas de modo geral, passou a ser considerada como um dentre vários fatores constituintes da desigualdade social no capitalismo.⁵³ A leitura crítica foi afastando-se da antítese, a dilacerando “*numa longa série de momentos, isto é, a reduzir a dialética a um processo de evolução reformista ‘revolução-restauração’, na qual apenas o segundo termo é válido*”.⁵⁴ Segundo Guido Liguori:

A cultura da política da direita tornou-se preponderante, em forma e conteúdo, sobre a esquerda. Em suma, as concepções que se impõem majoritariamente dentro da “esquerda” são de matrizes liberais e sinteticamente indicamos como sendo a supremacia da sociedade civil sobre o Estado; a superioridade do econômico sobre o político; do privado sobre o público; do mercado sobre a programação estatal. E podemos dizer ainda, conjuntamente com Marx, do burgueses sobre o cidadão.⁵⁵

Paradoxalmente, ao enfatizar a necessidade de pensar globalmente, isolaram suas respostas no âmbito individual. Pierre Bourdieu e Lóic Wacquant avaliam a hegemonia neoliberal a partir da consideração que seus termos, sua linguagem, alçou a universalidade. Melhor dizendo, que sua especificidade histórica, estadunidense, passou a ser considerada como falsa universalidade global (e que se justifica como relevante exatamente por estar em todos os lugares):

[...] estranha novílingua cujo vocabulário, aparentemente sem origem, circula por todas as bocas: “globalização”, “flexibilidade”, “governabilidade” e “empregabilidade”, “underclass” e “exclusão”, “nova economia” e “tolerância zero”, “comunitarismo”, “multiculturalismo” e os seus primos “pós-modernos”, “etnicidade”, “minoridade”, “identidade”, “fragmentação”, etc. A difusão dessa nova vulgata planetária – da qual se encontram notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de uma presumível falta de pertinência.⁵⁶

Estes são conceitos “pela metade” (verdadeiros por serem referenciados em estruturas sociais reais, falsos são pois tomados como abstrações universais), no qual incluímos a “sociedade civil internacional”, falsificam a experiência específica dos homens em cada território do real. Suas generalizações dissimulam a historicidade,

⁵³ WOOD, *op. cit.*, p. 63. Tradução nossa.

⁵⁴ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, vol. 1, *op. cit.*, p. 396.

⁵⁵ LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. *Novos Rumos*, Marília, nº. 46, vol. 21, p. 4-10, 2006, p. 4.

⁵⁶ BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Lóic. O imperialismo da razão neoliberal. *Sociologia em Rede*, vol. 3, nº. 3, Goiânia, p. 82-88, 2013, p. 82.

falsificando a consciência política daqueles grupos sociais. Estas categorias fundamentam uma visão de mundo, têm validade para além da retórica e da narrativa, pois buscam “fundir” (retórica e politicamente) os interesses do imperialismo e das mais diferentes burguesias nacionais associadas, diálogo possível pela mundialização financeira, que permite a divisão em escala global (mesmo que em bases de desigualdade) do que é espoliado dos Estados nacionais e explorado das classes produtivas. Segundo Ellen Wood:

O que tende a desaparecer desta perspectiva, de volta, são as relações de exploração e dominação as quais irremediavelmente constituem a sociedade civil, não somente como alienígena e desordem corrigível, mas como sua própria essência, a estrutura particular de dominação e coerção que é específica para o capitalismo como uma totalidade sistêmica.⁵⁷

A ideia de uma sociedade civil internacional ou transnacional, para além das classes e das nações busca a naturalização do imperialismo que os gesta, consagrando esta sociedade civil como espaço de liberdade sem levar em consideração que estas teias internacionais são constituídas em torno de conflitos classistas. E como afirma Acanda:⁵⁸ “*o único aspecto evidente é a concepção negativa da maioria dos analistas acerca da sociedade civil: fala-se mais sobre o que a sociedade civil não é do que sobre o que ela é*”. O Estado estrito, por sua vez, torna-se para as classes subalternas uma dupla armadilha: se impede a sua libertação da sociedade de classes, por outro lado, funciona como uma gaiola, proteção fundamental contra os predadores do capitalismo financeiro e das grandes corporações.⁵⁹

⁵⁷ WOOD, *op. cit.*, p. 74. Tradução nossa.

⁵⁸ ACANDA, *op. cit.*, p. 24.

⁵⁹ CHOMSKY, Noam. How can we escape the curse of economic exploitation?. *Alternet*, 08.01.14. Disponível em http://www.alternet.org/visions/chomsky-how-can-we-escape-curse-economic-exploitation-and-political-and-social-enslavement?paging=off¤t_page=1#bookmark, acessado em 28.05.16.